

ARTIGO

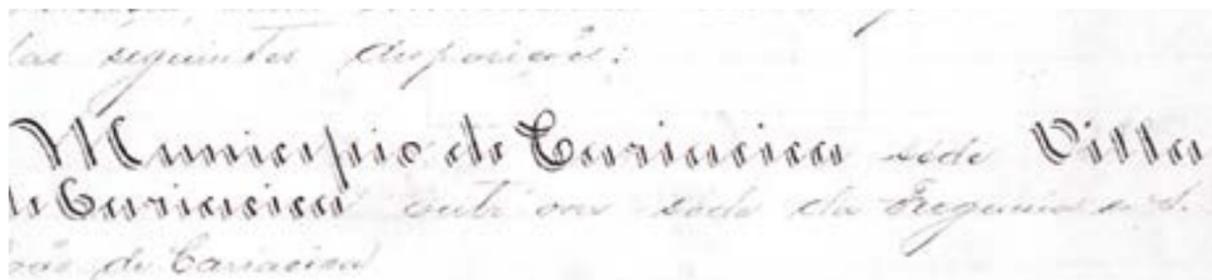
## OS LIVROS ATA DO PODER LEGISLATIVO DE CARIACICA DO SÉCULO XIX: IMPORTANTE FONTE DOCUMENTAL HISTÓRICA DO MUNICÍPIO

*Evelyn Reis Bergamim*

Coordenadora da Lei Municipal de Incentivo Financeiro à Cultura João Bananeira – Secretária Municipal de Cultura de Cariacica-ES. Graduada em História/UFES/2016 e Mestranda em Geografia/UFES.

*Marcos Prado Rabelo*

Gerente de Fomento à Produção Cultural – Secretária Municipal de Cultural de Cariacica-ES. Graduado em Arquivologia/UFES/2007 e Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos/UNIRIO/2017.



## Resumo

Esta pesquisa investigou os primeiros livros ata da Câmara Municipal de Cariacica produzidos no período entre 1890 e 1900, com importantes informações sobre a emancipação política do município. Esses documentos também revelam que Cariacica foi o único município da Grande Vitória que foi território de Vitória, capital do Espírito Santo, explicando sua trajetória de desenvolvimento social, populacional, territorial, político e econômico, a partir do século XIX. Assim, esta pesquisa demonstra, primeiramente, a importância das Câmaras Municipais na história dos municípios e, principalmente, de seus acervos que contêm livros ata com registros históricos que fazem parte da memória destes municípios. Utilizando-se de método de investigação qualitativa, esta pesquisa realizou análise das técnicas arquivísticas aplicadas neste acervo histórico, apresentando por fim uma proposta de tombamento deste acervo patrimonial, com referências à formação e trajetória histórica do município. Essas demandas possibilitarão a realização de oficinas, palestras e capacitações que envolvam educação patrimonial, trazendo pertencimento referente à identidade, à ação e à memória, através da dimensão cronológica e histórica construída como um processo evolutivo de transformações e manifestações, como algo a ser apreendido e preservado e como forma de ensinar as gerações futuras a reprodução e disseminação do seu valor cultural e também da importância de sua memória.

Palavras-chave: Câmara, Municipal, Cariacica, Livros, Ata.

## Abstract

This work investigated the first records from Cariacica's City Council meetings handwritten between the years of 1890 and 1900. They have been considered important reports about its political emancipation. Such documents may reveal the fact that Cariacica was the only district from "Grande Vitória" region considered integrated part of Espírito Santo's capital, the city of Vitória, until its actual emancipation in 1890(?); and also they provide public awareness about Cariacica's social trajectory concerned to its population, geographical area, political and economical development since XIX century. In addition, the present study highlights the valuable role City Councils play to the municipalities' establishment and the preservation of collections that contain books with historical records, a vital part of these communities. The collections, object of this study, were approached by a qualitative method of research and their analysis were carried out through archival techniques appliance, which resulted to the present proposal of registering this patrimonial heritage. This action may be justified by the references these documents hold to the historical formation and trajectory of the municipality. Such measure might make it possible the creation of workshops, lectures and trainings related to heritage education, aiming action, memory and identity awareness under the chronological and historical dimension of evolution and manifestations. That's something to be conquered and kept as a tool to teach future generations about acknowledging and dissemination of their own culture value, so the importance of their memory.

Keywords: House, Municipal, Cariacica, Books, Minutes.

## Introdução

Depositados em um canto do Arquivo Público da Câmara Municipal de Cariacica, lá estavam eles, seis livros ata do final do século XIX, (1890 a 1900), esquecidos pelo tempo, ou talvez esquecidos pelas pessoas, pois encontravam-se em condições precárias, alguns em estado inicial de deterioração. Estes importantes manuscritos, registrados por cidadãos que se preocuparam, naquela época, em escrever os primeiros passos do município, contêm informações históricas que foram relegadas por muito tempo, como exemplo a própria data de emancipação de Cariacica, que durante anos foi comemorada de forma equivocada em 24 de junho, dia do Padroeiro São João Batista, sendo que o primeiro livro ata comprova que a mudança política da Villa de São João de Cariacica para município de Cariacica ocorreu oficialmente em 30 de dezembro de 1890.

Visando à preservação e acesso ao acervo histórico da Câmara Municipal de Cariacica, a partir de 2011, por iniciativa de pesquisadores moradores do município, iniciaram-se alguns projetos culturais com aplicação de técnicas arquivísticas em diversas etapas, dentre as quais, em primeiro lugar, a escolha e execução de um inventário, como instrumento de pesquisa e como ferramenta mais apropriada para realizar a descrição arquivística do acervo documental.

Em seguida, efetivou-se um processo de restauro de parte do acervo deteriorado, como forma de preservação dos documentos. A partir deste momento, houve a necessidade de realização de um projeto de reprodução em formato digital do acervo documental, através da digitalização do mesmo, de forma a garantir a proteção do suporte original de frequente manuseio e facilitar o acesso às informações em novos suportes, inclusive em plataformas da internet. Finalmente, visando proporcionar aos pesquisadores e usuários uma leitura mais fácil, além de uma pesquisa mais apropriada, realizou-se a transcrição da escrita paleográfica<sup>1</sup> para o português formal.

Assim, após a aplicação das técnicas arquivísticas supracitadas, constatou-se a produção de um material histórico que permitiu a visualização do acervo de forma mais clara para estudos e pesquisas, demonstrando a importância destes documentos em nível de qualidade patrimonial para Cariacica, gerando, por consequência, o início de um processo de análise, para fins de tombamento dos primeiros livros ata do poder legislativo municipal, através da Secretaria de Cultura do município.

Essas ações trouxeram à tona diversas informações identitárias do município, que serão relatadas ao longo deste artigo, corroborando para que o passado seja materializado na paisagem atual. Assim, LE COFF (2003, p.113) lembra os meios de se conservar a memória através dos tempos,

[...] 1. pela transmissão oral ou inscrições na pedra; 2. pela escrita com tabuas, objetos, desenhos, inscrições; 3. pela escrita, em papeis soltos, documentos, pelo livro – registros de todo tipo, como se vê nos estudos de antropólogos, etnólogos, cronistas, historiadores; 4. já em nossos dias, o registro com ajuda mecanográfica, a seriação eletrônica, com o computador e nos bancos de dados.

Inicialmente, observa-se que, no Brasil, as câmaras municipais, que foram implantadas a partir de 1532, quando São Vicente foi elevada à categoria de vila, têm origem nas tradicionais câmaras municipais portuguesas, existentes desde a Idade Média. Apesar de possuírem as mesmas origens, as câmaras portuguesas possuem atribuições de poder executivo, sendo que as câmaras brasileiras atuam como órgãos do legislativo municipal, sendo equivalentes à atual assembleia municipal portuguesa.

Deste modo, devido à sua antiguidade institucional, percebe-se claramente a importância histórica dos registros em livros ata destes órgãos legislativos da administração dos municípios, os quais muito

<sup>1</sup> A paleografia é a ciência da decifração dos manuscritos e tem por

objetivo capacitar a leitura e transcrição de documentos e livros.

dizem sobre a construção de uma sociedade em seu tempo e espaço, com relatos das modificações que o município perpassou antes do hoje e no caminhar das decisões que levaram ao presente e ao futuro.

Portanto, os documentos institucionais produzidos nesta casa de leis, em especial os livros ata, devem ser reconhecidos como acervo histórico de grande relevância para o município, para serem conservados como documentação permanente, com valor probatório e informacional, merecendo serem tratados através de técnicas adequadas e apropriadamente aplicadas, elucidadas pela arquivologia, visando sempre sua preservação e disponibilização de acesso aos pesquisadores e demais interessados.

### A importância das câmaras municipais na história dos municípios

Na ocasião de colonização do Brasil, a partir de 1530, a “carta de doação” entregue ao donatário recomendava e autorizava a criação de vilas, cujas povoações, porventura elevadas à condição de vila, teriam termo e jurisdição, liberdades e insígnias, o que implicava a criação de uma Câmara Municipal, composta por seus principais moradores, os chamados homens bons<sup>2</sup>.

As Câmaras desempenhavam funções de importância política, administrativa, fiscal, além de atribuições de natureza jurídica, atuando para além do previsto nas “ordenações do reino”<sup>3</sup>, exercendo seus poderes de acordo com os costumes e de forma a garantir a defesa dos interesses dos colonos.

2 Homem bom era aquele que reunia as condições para pertencer a um certo estrato social, distinto o bastante para autorizá-lo a manifestar sua opinião e a exercer determinados cargos. Na América Portuguesa, associava-se em particular àqueles que podiam participar da governança municipal, elegendos e sendo eleitos para os cargos públicos que estavam reunidos nas câmaras, principal instância de representação local da monarquia.

3 Ordenações significa ordens, decisões ou normas jurídicas avulsas ou as coletâneas que dos mesmos preceitos se elaboraram, ao longo da história do direito português.

Segundo ZENHA (1948, p. 171), a atuação e decisões eram tidas como sendo de plena autonomia e a grandeza de quem deseja a força do estado, considerando-se o poder supremo da colônia; as demais autoridades não tinham, para nossos oficiais, legitimidade para decidir o destino dos colonos.

Por advento da exploração aurífera e de pedras preciosas no século XVIII, a coroa portuguesa, visando obter arrecadação máxima dos impostos cobrados para impedir o contrabando, passou a centralizar ainda mais o poder e os setores administrativos, por meio da imposição de leis. Porém, essas câmaras tornaram-se alvo para os salteadores e, paulatinamente, passaram a ser desconsideradas no exercício do poder. Findado o ciclo do ouro, as câmaras coloniais adentraram o século XIX frágeis e desprovidas das importantes funções que desempenharam com a centralização da coroa portuguesa.

Mesmo enfraquecidas, segundo PRADO JÚNIOR (2000, p.326), as Câmaras tiveram papel participativo, interventor e, por vezes, decisório, nos acontecimentos que culminaram na declaração de independência do Brasil, pois, sendo o único órgão da administração colonial, com certa organização ao final da colônia, recebia todas as reclamações populares, efetivando sua participação social neste período.

A partir de 1889, com a proclamação da República, ocorrem mudanças na organização político-administrativa obedientes aos princípios do federalismo, momento em que a esfera municipal ganhou força para gerir, com significativa autonomia, questões atinentes ao município<sup>4</sup>. Consideradas heranças do período monárquico, as Câmaras Municipais, como até então funcionavam, governadas pelos homens bons, leis ao Império, não poderiam ter mais espaço no regime implantado.

4 Esse princípio de autonomia municipal apresentava-se na Constituição Federal de 1891, cujo Título III, Art. 68, estabeleceu que “Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse”.

Sob esta ótica, em dezembro de 1889, corriam notícias de que a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, até então a capital do Brasil, havia sido substituída pelo Conselho de Intendência Municipal, através do Decreto nº. 107, de 30 de dezembro de 1889, autorizando os outros estados a procederem da mesma forma. Assim, em 16 de janeiro de 1890, a Câmara Municipal de Vitória, no Espírito Santo, foi dissolvida e, no seu lugar, foi criado o Conselho de Intendência Municipal<sup>5</sup>. Naquela época, Cariacica pertencia a Vitória, não havendo limites políticos e nem sociais entre os atuais municípios.

Assim, na efervescência da autonomia político-administrativa que assolava as principais regiões do país naquela época, a Villa de São João de Cariacica emancipou-se de Vitória, capital do Espírito Santo, através do decreto nº. 57, de 25 de novembro, e foi instalada em 30 de dezembro de 1890, como consta em ata de formação da Intendência Municipal de Cariacica, ocasião que contou com a presença do Presidente da Intendência de Vitória, Eugenio Pinto Netto<sup>6</sup>.

Observada a importância das Câmaras Municipais no transcorrer da história do Brasil e seu protagonismo nas diversas fases político-administrativas, essas respeitáveis instituições públicas revelam, como suas documentações produzidas, principalmente as atas das sessões solenes, ordinárias e extraordinárias, são fontes primárias fundamentais para a pesquisa histórica, as quais permitem o preenchimento de muitas lacunas, sendo sua preservação e garantia de acesso fundamentais.

5 A Câmara voltaria às suas atividades em 1892 com o nome de Conselho Municipal, com seus integrantes chamados de Governadores.

6 Eugenio Pinto Netto, político da região de Vitória e Vice-Presidente do Estado na gestão Florentino. Participou em 1893, durante a gestão Moniz Freire, do Conselho Municipal, que tinha como função trabalhar pelo desenvolvimento da capital, dentro do projeto maior de formar uma centralidade em Vitória.

### Os Livros Ata da câmara de Cariacica Como Guardiões Da Memória Do Município

O município de Cariacica não possui vasta literatura sobre sua história, contando com algumas pesquisas fundamentais, mas não aprofundadas, sobre sua fundação, desenvolvimento, alguns aspectos sociais e de suas manifestações culturais. Entretanto, há alguns espaços a serem preenchidos, principalmente quando esbarra-se na falta de informações no atual processo a que se propõe a Secretaria de Cultura do município, acerca da elaboração de dossiês, para fins de tombamento e registro dos bens culturais de Cariacica.

Possuindo 128 anos de história, a partir de sua emancipação, o município de Cariacica conta com o acervo das atas das sessões ordinárias e extraordinárias da então Intendência Municipal, as quais revelam aspectos basilares para se compreender mais sobre o seu passado e informações ainda pouco pesquisadas.

Dentro do cenário arquivístico, o ciclo vital dos documentos abrange os arquivos correntes, intermediários e permanentes, sendo eles de uso primordial na gestão dos documentos de uma instituição pública. Esta teoria afirma que o documento não é algo morto ou inativo, mas que tem uma vida própria, pois esse ciclo vital informa que, depois do nascimento, vem o crescimento, o decréscimo e a morte (HEREDIA HERRERA, 1986, p.173).

Assim, o arquivo intermediário, também conhecido como arquivo central, exerce um importante papel na guarda de toda documentação institucional e trabalha como órgão mediador dos arquivos correntes e permanentes, na transferência e recolhimento dos documentos arquivísticos. De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, as representações de poder são exercidas pelo executivo, legislativo e judiciário e de forma autônoma nas esferas federal, estadual e municipal.

No caso dos municípios, normalmente entende-se a existência de apenas um arquivo central provindo do poder executivo, o qual atua como receptor

dos diversos tipos de documentações produzidas pelas secretarias de governo. Comumente, os documentos que estão sob a guarda dos arquivos das Câmaras Municipais, muitas vezes, são encaminhados para o arquivo do executivo de maneira equivocada, visto que, devido à autonomia dos poderes já explicitada, o poder legislativo deve possuir um arquivo central (intermediário) independente.

Em análise, se o arquivo central do executivo receber documentos do legislativo, ao tentar-se organizar o arquivo, através dos instrumentos arquivísticos que são construídos visando organizar as massas documentais acumuladas, encontrar-se-á impossibilitado de realizá-las, pois, devido à produção de documentação de tipologias diferentes, os instrumentos arquivísticos também são considerados diferentes. A partir dessa impossibilidade de tratamento dos documentos do poder legislativo no arquivo central do poder executivo, os documentos dos arquivos permanentes, ou seja, de valor histórico, acabam ficando esquecidos e alheios a pesquisas.

Portanto, mesmo possuindo um arquivo central, a Câmara Municipal de Cariacica, não o reconhece como tal, pois, ao enviar alguns documentos para a guarda do arquivo do poder executivo municipal, a mesma se isenta da responsabilidade de gestão do seu acervo.

Em visita ao local e a partir do conhecimento da existência desta documentação histórica, após breve pesquisa, sentiu-se a necessidade urgente do trato desses documentos, que foram logo identificados como permanentes, assim sendo fonte histórica primária. Estes livros ata, sob a custódia da Câmara Municipal de Cariacica, encontravam-se em prateleiras desorganizadas, empoeiradas e em estado avançado de deterioração, isto é, sem o tratamento arquivístico adequado, não possibilitando real acesso de pesquisadores e cidadãos interessados na história do município.

ESQUINSANI (2007, p.104) define as atas como “[...] registros formais de um encontro promovido por um órgão, associação, entidade ou grupo de sujeitos

tanto com seus pares quanto subordinados, visando deliberar sobre assuntos de interesse comum ou repassar informações”. Considera-se a ata como um documento confiável, visto que as informações nela contidas são aprovadas e confirmadas com assinatura dos presentes na reunião realizada.

A busca pelo resgate do passado histórico em seus diferentes aspectos político, econômico e social, para entender problemas e interrogações do presente significam, primeiramente, dar voz aos documentos históricos, investigando-os nas suas menores marcas, exumando-os nas suas informações, sejam as mais concretas ou mais modestas, revelando as lembranças mais apagadas, não abstenendo-se de considerar e ter em vista que também são envolvidos pelo discurso de seu tempo, assim como afirmou LE COFF (2003, p. 535-536) “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”.

O registro dos acontecimentos contidos nas atas permite acessar a origem das discussões, os processos de decisão e os fatores determinantes que levaram à aprovação de certas medidas que só são descritas e estudadas por consequência de sua consecução, quando, entretanto, é valioso se ater e conhecer este processo que oportuniza verificar a intenção, a escolha, as prioridades e detalhes sobre o comportamento político-ideológico dos sujeitos responsáveis por esse registro. Além disso, apesar de as atas constituírem em documentação produzida por uma elite, elas podem revelar muito sobre a sociedade, por meio dos debates sobre reivindicações de direitos, advindas de alguns setores que cobravam ações das Câmaras Municipais no Brasil colônia, império e república.

A partir do momento em que se elegem as atas como fonte para compor parte da investigação, o pesquisador deve se manter sempre próximo de outras fontes de informações do período em questão, a fim de conseguir contextualizá-las, compreendê-las e sustentar os dados nelas apresentados.

## A atuação das leis de incentivo à cultura no fomento do patrimônio histórico documental

Instigados pela Lei de Incentivo à Cultura do município João Bananeira, em 2011 houve uma primeira tentativa de organização, preservação e recuperação das informações destes manuscritos, iniciativa de dois profissionais moradores do município das áreas de arquivologia e biblioteconomia, que entraram com um projeto na referida lei cultural, e que culminou em um lançamento, no dia 29 de março de 2012, de um inventário denominado “Catálogo Histórico Eletrônico da Câmara Municipal de Cariacica”, com a descrição sumária das atas das sessões da câmara do município.

O inventário realizado teve duração aproximada de um ano e constou de técnicas de descrição arquivística, resultando em um instrumento de pesquisa com a finalidade de identificar a forma e o conteúdo dos manuscritos, visando principalmente ao acesso e à preservação do acervo documental. É importante salientar que as descrições arquivísticas foram padronizadas pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), que criou uma norma mundial denominada ISAD(G)<sup>7</sup>. Provinda desta norma internacional foi criada e adaptada em nosso país a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) utilizada neste inventário.

Além do inventário, no acervo dos livros ata do século XIX da Câmara Municipal de Cariacica, outras iniciativas foram realizadas, utilizando-se da Lei de Incentivo à Cultura do Município e do Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo (FUNCULTURA), no intuito de preservar estes manuscritos, tais como restauração de parte do acervo deteriorado.

Primeiramente foi realizado um diagnóstico, com o levantamento detalhado das condições físi-

cas de cada livro ata. O interior dos livros foi limpo, através de pincéis apropriados, com remoção do pó e demais sujidades a seco, isto é, com técnicas de higienização mecânica a seco. As sujeiras mais pesadas foram removidas através de lixa fina pelo especialista. Também foram removidos os corpos estranhos à obra, tais como: prendedores metálicos, etiquetas, fitas adesivas, papéis e cartões ácidos, sendo identificados os possíveis ataques de insetos e microrganismos. Por fim, foram realizados pequenos reparos (remendos) utilizando papel japonês e cola metilcelulose, para impedir rasgos maiores ou mesmo perdas de partes do texto, sendo aplicados em partes dos livros ata mais danificados ou deteriorados.

Em relação ao processo de reprodução em formato digital dos manuscritos da Câmara Municipal de Cariacica, visando evitar seu manuseio indevido, foram aplicadas técnicas de digitalização, através de princípios básicos de padronização solicitadas pelo Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, que recomenda a edição de imagens em 300 DPI e a utilização dos formatos padrões em JPGE, TIFF ou PDF, além da previsão de backups, todos estes procedimentos realizados dentro dos padrões especificados.

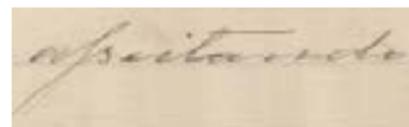
Já o processo de transcrição paleográfica, que segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.164), significa a reprodução textual de um documento escrito ou sonoro, ocorreu em um período aproximado de dois anos, devido às dificuldades de transferência gráfica das letras e palavras variadas do século XIX, constantes nos livros ata da Câmara de Cariacica, sobretudo da grande quantidade de abreviaturas em nome de pessoas, o que requereu um prazo muito extenso para sua realização. Esse projeto proporcionou uma leitura mais clara aos pesquisadores, trazendo à tona informações históricas de suma importância para o município.

Logo, a finalidade da transcrição foi tornar o texto acessível ao leitor, que, normalmente, não consegue realizar uma leitura completa nas escritas mais antigas. Porém, é importante salientar que a transcrição seguiu alguns critérios, entre eles a subs-

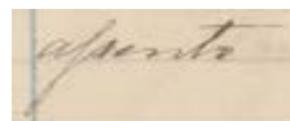
<sup>7</sup> General International Standard Archival Description. A norma ISAD (G) propõe padronizar a descrição de documentos a partir de uma estruturação multinível, isto é, do geral ao particular, inserindo cada item na estrutura geral do fundo de arquivo, em uma relação hierárquica.

tuição de palavras duvidosas por ponto de interrogação entre colchetes [?], e as abreviaturas do texto original desmembradas, de forma que todas as palavras aparecessem por extenso.

Contudo, alguns profissionais preferem primeiramente transcrever todo o texto de forma fiel quanto à ortografia, à pontuação e à acentuação, inclusive as abreviaturas, para logo em seguida criarem um segundo texto, obedecendo o critério das abreviaturas por extenso. Assim deve ser o processo de transcrição, sem qualquer interferência no corpo original do texto, evitando alterações de sentido, para não destituí-lo de suas características históricas (MELO, 1995, p.15-17). Conforme tabela a seguir, foram retiradas do texto algumas abreviaturas, como exemplo de referência nas transcrições e de algumas dificuldades na leitura dos manuscritos.



apseitando = aceitando



apento = assento

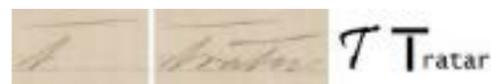


Tabela 1 - Transcrição da escrita paleográfica para a língua portuguesa atual. Fonte: Livros Ata da Câmara Municipal de Cariacica - Séc. XIX.

### Palavras e fatos na memória dos manuscritos da Casa de Leis de Cariacica

Atestando o histórico que os manuscritos da Câmara de Cariacica trouxeram para a memória do município, um dos fatos mais importantes está contido na ata da primeira reunião ordinária do livro 01, página 03, sobre a emancipação da Villa de São João Batista para município de Cariacica, conforme segue:

Aos trinta dias do mez de Dezembro do anno de mil oitocentos e noventa, segundo da Republica n'esta Villa de São João de Cariacica, e no Paço da Intendência Municipal<sup>8</sup> presentes os cidadãos Eugenio Pinto Netto, Presidente da Intendência Municipal da capital e os membros da mesma Intendência Antonio Pinto Aleixo e Arthur Coutinho de' Alvarenga, [?] Secretario abaixo assignado, estando também presentes os cidadãos Exma. Governador do Estado Henrique da Silva Coutinho<sup>9</sup>, Dr. José Horacio Costa, Chefe de Polícia do Estado Dr. Gonçalo Marinho d' Albuquerque Lima, Promotor Público da Comarca Alferes<sup>10</sup> Virgílio Ayres d' Albuquerque Tovar Ajudante de Ordens do Governo<sup>11</sup>, José Candido de Vasconcelos, Oficial de Gabinete, Augusto Calmon Nogueira da Gama, Inspector do Thesouro Público Anthero da Silva Coutinho, Dr. Henrique [?] de Cerqueira Lima, Major Ignacio d'Almeida Trancoso, Francisco Fernandes Cypreste, Antonio Francisco Cravo e Manoel dos Santos Pereira. Foi aberta a sessão. O cidadão Eugenio Neto, declarou installada a Villa de São João de Cariacica criada pelo decreto n. 57 de 25 de novembro último (RABELO e SIMÃO, 2018, p.03).

8 Paço significa Palácio e Intendência Municipal era a antiga nomenclatura das Prefeituras Municipais.

9 Henrique da Silva Coutinho foi governador do Espírito Santo entre 1890 e 1891 e entre 1904 e 1908.

10 Alferes é uma patente de oficial abaixo de tenente (essa designação foi substituída pela de segundo-tenente).

11 Ajudante de Ordens do Governo ou ajudante de campo é o assistente ou secretário pessoal de uma pessoa de alta posição, normalmente de um antigo oficial militar ou de um Chefe de Estado.

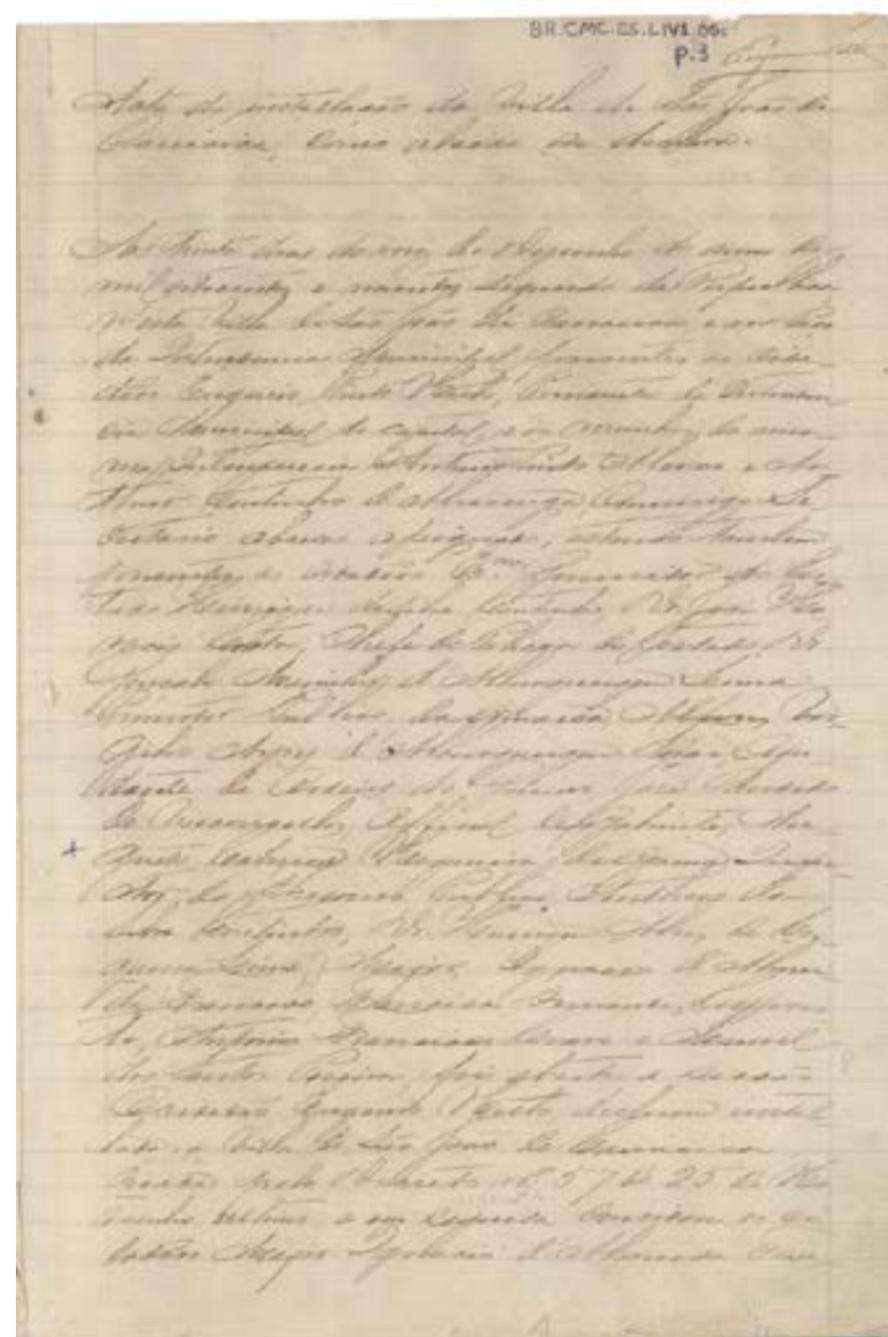


Imagem 1 - Acta da Instalação da Villa de São João de Cariacica. Fonte: Inventário das atas da Câmara Municipal de Cariacica - Século XIX.

Em 20 de janeiro de 1891, consta na quarta reunião ordinária, página 10, a nomeação de uma comissão no segundo "Districto" para agenciar donativos para auxílio das pontes sobre os rios "Braz e Monbeca". Em Cariacica existe uma região rural denominada Roda D'agua, que por muitos anos suas estradas foram fortemente castigadas pelas chuvas que vez por outra transbordava o rio Menbeca.

Em 21 de agosto de 1891, consta na trigésima reunião ordinária, página 36, a apresentação de um requerimento de Ozana da Conceição Vieira, pedindo que lhe conceda permissão para edificar uma casa de vivenda<sup>12</sup> na sede desta Villa, o que lhe foi concedida.

Em 12 de dezembro de 1891, consta na trigésima terceira reunião ordinária, página 39, a deliberação que os fiscais de ambos "Districtos", deste municí-

12 Uma vivenda é uma casa de habitação isolada (isto é, não integrada num ambiente urbano), tipicamente com um ou dois pisos (horizontal ou vertical), e frequentemente com jardim e / ou piscina.

pio, além do ordenado que percebem, tenham mais trinta por cento das multas que impuserem e assim como do imposto das rezes<sup>13</sup> que se abaterem para o consumo público.

Em 29 de outubro de 1892, consta na quinquagésima segunda reunião ordinária, página 62, a liberação da quantia de novecentos mil “réis”, importância dos referidos “quinhões<sup>14</sup>” do referido prédio, sessenta e três mil réis, proveniente do imposto de transmissão de propriedade e dez mil réis, proveniente do trabalho do tabelião público interino da respectiva “escritura”.

Em 17 de janeiro de 1893, consta na quinquagésima quinta reunião ordinária, página 67, a designação dos locais do primeiro e do segundo distrito: “[...] aos nomeados designou se o Paço do Governo Municipal desta Villa para “funcionar” a única secção do primeiro “districto”, e o edifício onde “funciona” a escola de Itapoca para “funcionar” a única secção do segundo districto. Segundo consta, até a década de 1950, a fazenda de Itapoca contava com igreja e residência própria do superior Padre Domingos da Silva.

Em 31 de outubro de 1893, consta na septuagésima terceira reunião ordinária, página 87, a seguinte nomeação:

[...] nomeação do cidadão Viriato Espiridião Pinto, para o cargo de guarda fiscal do segundo districto deste município percebendo os vencimentos de cem mil réis annuaes e vinte por cento sobre as multas, autorisando-se a cobrança de mascates<sup>15</sup> sobre negociação em caixas imposto sobre abatimento de

animaes vacuum<sup>16</sup> trez mil réis e suíno dous mil réis, sendo cobradoo imposto sobre \*mascates o simestre quarenta mil réis e vinte mil réis de multas na mesma dacta resolveo-se aumentar o ordenado ao secretário (RABELO e SIMÃO, 2018, p.87).

Em 25 de janeiro de 1894, consta na septuagésima sexta reunião ordinária, página 91, a entrega e aprovação da planta da Villa de Cariacica, pelo Doutor Arthur Corrêa de Mattos Thompson, sendo “apresentado” o termo de medição, digo, o termo de encerramento da medição da mesma Villa, da forma e theor seguinte = Termo de encerramento da medição do perímetro da Villa de Cariacica.

Nesta mesma ata, além das citações sobre a mensuração da Villa de Cariacica, é referenciada a destruição de documentos por um incêndio sobre os limites da área doada de São João Batista, conforme segue,

[...] Seguia a direcção quarenta e um graus noroeste com cento e vinte metros para fixar o marco número nove tendo atrevesado a estrada para o Eucimado, continuando o rumo quarenta e nove graus sudoeste na extenção de dusesentos e oitenta metros, athé à estaca o onde encetara os trabalhos. Conpete-me diser a fazer o encerramento da presente medição que segui as enformações mais fida dignas e dos antigos moradores desta Villa sobre os limites da área doada a São João para criação de um povoado, cujos documentos forão consumidos por um incêndio, porem que com o encerramento deste processo sem protestos de reclamações depois de todos os editaes e formalidades exigidas pela lei, demonstram o critério dos mesmos (RABELO e SIMÃO, 2018, p.91).

Em 05 de abril de 1894, consta na octagésima primeira reunião ordinária, página 100, para “com-

<sup>16</sup> Vacuum é um nome científico para o gado da espécie dos bovinos e outros ruminantes de chifres de aparência semelhante, como o boi, a vaca e o búfalo.

primento” da lei número trinta e cinco de vinte e seis de janeiro de mil oitocentos e noventa e “dous”, foi dividido este Município em uma secção para o alistamento eleitoral que funcionará no Paço do Governo Municipal.

Em 01 de maio de 1894, consta na octagésima segunda reunião ordinária, página 101, a deliberação sobre a nomeação do cidadão Pedro de Alcântara Soares Leites, para zelador da caixa d’agua desta Villa, percebendo “dusesentos mil réis annuaes”.

Diante das fontes primárias apresentadas fica perceptível a “construção” histórica por meio dos conjuntos de documentos armazenados no arquivo da Câmara Municipal de Cariacica, que se tornam a memória dessa sociedade, sendo assegurado o direito de acesso à informação, aos cidadãos, cabendo à administração pública gerir e preservar este patrimônio documental.

Nessa perspectiva, em que as atas das intenções e câmaras municipais são consideradas como importantes fontes para a pesquisa histórica, não há como negligenciar a necessidade de preservação e salvaguarda que estas exigem. Assim, após a realização de inventário, digitalização, transcrição e restauração dos manuscritos paleográficos do século XIX da Câmara Municipal de Cariacica, a Secretaria Municipal de Cultura iniciou, em 2018, processo de tombamento deste importante acervo histórico documental.

### O Processo de tombamento dos Livros Ata do século XIX da Câmara Municipal de Cariacica.

O termo “tombar”, além do ato ou efeito de realizar um tombo (queda, tombamento), também significa arrolar, inventariar ou registrar, porém, sabe-se que a etimologia do termo tombamento ainda é controversa. De acordo com alguns filólogos, provém do latim *tumulum*, que significa elevação e nas obras de referência de latim pode ser encontrado o vocábulo *tumulus*, remetendo para altura, eminência (natural

ou artificial), ou mesmo elevação de terreno. Já em dicionários da língua portuguesa, verifica-se que o verbo *tombar* possui duas significações, além de tombar (queda), também a de arquivo. E é exatamente a acepção de arquivo que mais se aproxima do termo tombamento.

O termo tombamento passou a ser conhecido no Brasil, na década de 1930, a partir de seu emprego em uma das propostas de norma de proteção ao patrimônio histórico e artístico do país, conhecida como Anteprojeto de Mário de Andrade (1936) e, desde 1937, com a publicação do Decreto-lei nº 25/37, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico do país, o termo passou a ser reconhecido como ação do Estado ao colocar, sob sua tutela, bens cuja conservação fosse de interesse público, por seu valor histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, paisagístico e bibliográfico.

Já os Livros do Tombo foram criados pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que também regulamentou a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e definiu que “constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis”.

Assim é o tombamento, um dispositivo do Poder Público para a efetiva tutela do patrimônio cultural e natural do País. É por meio do tombamento que o Poder Público cumpre a obrigação constitucional de proteger os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas.

Partindo dessas conceituações, o município de Cariacica inicia sua trajetória referente à proteção e preservação de seus bens culturais, em 05 de novembro de 2013, através da lei 5.061/2013, com a criação do Programa Permanente de Registro, Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial do município de Cariacica. No ano seguinte, em 18 de novembro de 2014, através da lei 5.290/2014, o município instituiu o Programa Permanente de Tombamento, Pro-

<sup>13</sup> Reses são quaisquer animais que são abatidos e cuja carne é usada na alimentação humana; os animais quadrúpedes, de quatro patas, mortos para alimentação humana.

<sup>14</sup> Quinhão significa parte de algo que foi repartido, dividido. Normalmente, o quinhão é a cota ou parcela que um indivíduo recebe por direito quando há a divisão de alguma coisa ou bem material, da qual era sócio ou dono.

<sup>15</sup> Mascate era o caixeiro viajante, o vendedor ambulante que passava pelas casas ofertando produtos, principalmente nas fazendas e sítios, vendendo panos e objetos diversos, utensílios, pentes, perfumes, fitas de qualidade para os laçarotes das mocinhas.

teção e Conservação do Patrimônio Cultural Material de Cariacica. Mais adiante, em 10 de outubro de 2017, é criado, através de regulamentação, o Decreto 137/2017, que versa sobre o Programa Permanente de Tombamento de Bens do Patrimônio Cultural Material e Registro de Bens do Patrimônio Cultural Imaterial do município de Cariacica.

Nessa movimentação do município em prol da proteção dos bens culturais, em 22 de agosto de 2017, dia do folclore, realizou-se, no teatro do Centro Cultural Frei Civitella, anexo à Secretaria Municipal de Cultura, o lançamento dos quatro livros do Tombo municipal, referentes ao patrimônio material (Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas) e dos quatro livros de registro municipal, referentes ao patrimônio imaterial (Livro de Registro dos Saberes; Livro de Registro das Celebrações; Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos Lugares).

Diante destes instrumentos jurídicos relacionados ao patrimônio cultural do município, cujas decisões finais devem ser homologadas por um Conselho Municipal de Política Cultural - CMPCC, iniciou-se, em 2018, o diagnóstico e mapeamento para a identificação e registro dos bens patrimoniais e culturais de Cariacica. Em 19 de junho de 2018, após a criação de um dossiê histórico contendo documentos textuais, fotográficos, cartográficos, pesquisas acadêmicas e institucionais, questionários e entrevistas em áudio e vídeo pela equipe da Secretaria Municipal de Cultura, ocorreu, em reunião do Conselho, o tombamento do Centro Histórico Eduartino Silva, situado à Praça Marechal Deodoro, s/nº Cariacica Sede, local da instalação da Câmara Municipal e da Prefeitura de Cariacica, que após homologação do CMPCC, também foi aprovado pela procuradoria do município a criação do Decreto 120 de 22/08/2018, com consequente inscrição no Livro do Tombo Histórico municipal, recomendado para bens culturais móveis e imóveis.

Nessa mesma linha, estão sendo realizados os trabalhos de pesquisa sobre as fontes relacionadas aos manuscritos da Câmara Municipal de Cariacica que, de acordo com o Art. 7º do Decreto Municipal Nº137/2017, primeiramente instaurou-se processo de tombamento do acervo documental para, logo em seguida, realizar instrução do processo administrativo de tombamento do acervo, em acordo com o Art. 8º, item II do mesmo Decreto, o qual instrui que, para bens de natureza material, devem ser observados alguns aspectos fundamentais.

Sendo assim, levando em consideração as prerrogativas nele assinaladas, o acervo documental das atas de reunião da Câmara Municipal de Cariacica enquadra-se como possuidor de aspectos culturalmente relevantes, com cronologia temporal e por ter sido recuperado através de restauro de uma situação de risco potencial. Após a finalização do processo com homologação pelo CMPCC, os livros ata da Câmara Municipal de Cariacica também deverão ser inscritos no Livro do Tombo Histórico municipal como bens culturais móveis, pois este livro permite o registro de imagens, mobiliários, quadros e gravuras, entre outras peças, assim como o registro de documentos históricos.

Infelizmente, ainda não é comum no Brasil, o tombamento de documentos com valor de patrimônio cultural, sendo estes normalmente realizados em conjunto com o tombamento do bem arquitetônico. Como exemplo de tombamentos de acervos documentais em municípios, pode-se citar o acervo cartográfico do município de Santo Antônio do Gramma em Minas Gerais. O acervo, ora analisado, é composto por dois grandes mapas, sendo um do “Levantamento Topográfico” e outro do “Plano de Urbanização da Cidade”, datados de 1954.

Outro acervo documental tombado em um município é do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, conforme segue:

Decreto n.º 31.042, de 3 de setembro de 2009 decreta: Art. 1.º Fica tombado definitivamente, pelo seu

valor histórico-cultural e probatório, nos termos da Lei 166, de 27 de maio de 1980, o Acervo Documental — Escrito, Impresso, Cartográfico, Sonoro, Imagético, Bibliográfico, e Fílmico — e Museológico do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (ACCRJ), como um instrumento fundamental para o conhecimento, análise e reflexão da trajetória da Cidade do Rio de Janeiro — capital da Colônia e do Império Português, e da República Federativa do Brasil até 1960; Estado da Guanabara de 1960 a 1975 e capital do Estado do Rio de Janeiro, a partir de 1975 (RIO DE JANEIRO, 2009).

Em relação a tombamentos de acervos de documentos em nível estadual, tem-se o exemplo do tombamento do prédio arquitetônico da Casa da Cultura do município de Domingos Martins, através da resolução nº 8/1985 do Conselho Estadual de Cultura, inscrito no Livro do Tombo Histórico sob o nº 87, folhas 9v e 10 e no Livro do Tombo das Belas Artes sob o nº 61, folhas 14v e 15. Esse tombamento arquitetônico incluiu objetos e documentos do interior do imóvel.

Já em nível federal, pode-se citar o tombamento do acervo histórico da discoteca Oneyda Alvarenga em São Paulo composto por documentos, objetos, discos, mobiliário, filmes e fotografias amealhados durante os primeiros projetos desenvolvidos após a criação da Discoteca Pública Municipal em 1935 e inclui a coleção da Missão de Pesquisas Folclóricas de Mário de Andrade (1938). Ainda em nível de instrução pelo IPHAN, encontram-se o acervo arquitetônico, artístico e documental da Escola de Belas Artes da UFBA (2008); o acervo móvel (fílmico, documental, mobiliário e tecnológico), de propriedade da Light - 1260 - 1988; o acervo de documentos e objetos de estudo do Imperador Pedro II, acautelado no Museu Nacional e Museu Imperial (1422 - 1998); a edificação e o acervo documental da Igreja da Ordem 1ª do Carmo, inclusive os remanescentes do antigo convento do Carmo (1251 - 1987).

## Considerações finais

Apesar da qualidade das fontes primárias e da constituição de um suporte documental restrito ao âmbito político-administrativo, as Atas da Intendência e da Câmara Municipal de Cariacica constituem importante fonte de pesquisa histórica e análise social, sobretudo quando é realizada a intersecção de informações com tipos documentais.

Manuscritos como este possuem uma ligação íntima com a história, a cultura e a memória, através dos fatos registrados, e esta importante relação deve permitir ou mesmo provocar o acesso aos cidadãos, promovendo a busca por memórias passadas e proporcionando o resgate de sua identidade.

A documentação pública, dentro de um vasto conceito, é indispensável para a produção historiográfica, encontrando mecanismos técnicos, objetivos e seguros de conservação nos arquivos. São documentos que não devem somente serem apresentados para a pesquisa acadêmica, mas também validados a servirem de garantia dos direitos dos cidadãos, uma vez que são o espelho das instituições que os produziram. Do mesmo modo, permitir o acesso e a proteção aos bens culturais de um município, deve refletir em políticas públicas eficazes de preservação de acervos documentais, tendo em vista que são frágeis ao tempo e susceptíveis à deterioração. Portanto, o próprio descaso com acervos públicos documentais, absolutamente, constitui a perda de parte da memória coletiva.

Diante dessas premissas e da importância deste acervo documental para o município de Cariacica, a Secretaria Municipal de Cultura, através da Coordenação de Patrimônio Cultural, decidiu dar início ao processo de tombamento dos manuscritos da Câmara Municipal de Cariacica, como medida de proteção e transmissão de conhecimentos a ele relacionados. Essa medida se fez por apresentar referências à formação e trajetória histórica do município, pois, ao ser tombado, o acervo passará a ter maior visibilidade para compor o leque de informações culturais,

devido seu conteúdo histórico ser ministrado em oficinas, palestras, formações e capacitações que envolvem educação patrimonial, pesquisas históricas, culturais e sociais.

Por fim, o tombamento municipal deverá trazer pertencimento referente à identidade, à ação e à memória, através da dimensão cronológica e histórica dos cidadãos cariacienses, construindo um processo evolutivo das transformações e suas manifestações, como uma herança, algo para ser apreendido e preservado, como forma de educar as gerações futuras para a reprodução e disseminação do seu valor cultural.

Estrategicamente, o tombamento dos documentos históricos da Câmara Municipal de Cariacica deve vir seguido da criação de um Plano de Preservação para o bem tombado, compartilhando as responsabilidades do governo municipal com os cidadãos cariacienses. Também deve-se pensar em estratégias de parceria de fomento e divulgação do bem patrimonial entre os municípios e os governos federal e estadual, permitindo a busca sem restrições ao acesso dos pesquisadores e cidadãos comuns, oportunizando por meio da participação social, o contato dos cidadãos às técnicas, aos procedimentos aplicados até o desenvolvimento final do tombamento, visando à disseminação da importância da preservação dos bens culturais, sejam eles de cunho material e imaterial e que envolvam a comunidade que os pertencem.

Portanto, somente a realização de ações culturais e de fomento justificam um tombamento de acervo documental, pois irá enfatizar a importância do bem patrimonial para a disseminação do saber, educação patrimonial, trazendo pertencimento aos cidadãos do município.

## Referências

- ALMEIDA, Renata Hermanny de. *Arquitetura - Espírito Santo (Estado) - Obras ilustradas*. I. Título. II. Vitória: SECULT, 2009.
- ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. *Seminário Bases para Implantação de um Arquivo Moderno: O Arquivo Público da Cida-*

*de de Belo Horizonte*. Anais. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 25, de 30 de Novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_no\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf)>. Acessado em: 17/08/2018.

CARIACICA. *Decreto nº 137, de 10 de outubro de 2017*. Dispõe sobre a criação do programa permanente de tombamento de bens do patrimônio cultural material e registro de bens do patrimônio cultural imaterial do município de Cariacica e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.legislacaocompilada.com.br/cariacica/Arquivo/Documents/legislacao/html/D1372017.html>>. Acessado em: 19/08/2018.

*Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.; 30cm. – Publicações Técnicas; nº 51 ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. *As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação*: pautando a discussão a partir de um estudo de caso. Educação Unisinosp. 103-110 maio/agosto. 2007. Disponível em: <[http://www.unisinos.br/publicacoes\\_/images/stories/Publicacoes/educacaov11n2/103a110\\_edu11\(2\)\\_art05dossie\\_esquinsani.pdf](http://www.unisinos.br/publicacoes_/images/stories/Publicacoes/educacaov11n2/103a110_edu11(2)_art05dossie_esquinsani.pdf)>. Acessado em: 17/08/2018.

HEREDIA HERRERA, A. *Arquivística general: teoría y práctica*. 5. ed. Sevilla. Diputación provincial, 1991.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão [et al]. 5. ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MELO, Claudia Alves. Critérios de Transcrição. *Imprensa Oficial de Minas Gerais*. Arquivo Público Mineiro: Belo Horizonte, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. São Paulo: Brasiliense; *Publifolha*, 2000, São Paulo/SP, 2000.

RABELO, M.P. e SIMÃO, E.J. *Transcrição dos Manuscritos da Câmara Municipal de Cariacica - Século XIX*. Patrocínio da Lei de Incentivo à Cultura João Bananeira – Secretaria Municipal de Cultura de Cariacica, 2018.

\_\_\_\_\_. *Processo de tombamento*. Cariacica: Coordenação de Patrimônio. Conselho Municipal de Política Cultural. Secretaria Municipal de Cultura, Cariacica nº 2, 2018.

RIO DE JANEIRO. *Decreto n.º 31.042, de 3 de setembro de 2009*. Dispõe sobre o tombamento definitivo do acervo documental. Disponível em: <[http://prefeitura.riohttp://www.rio.rj.gov.br/dlstatatic/10112/4179996/4100623/decreto\\_tombamento.pdf](http://prefeitura.riohttp://www.rio.rj.gov.br/dlstatatic/10112/4179996/4100623/decreto_tombamento.pdf)>. Acessado em: 17/08/2018.

ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil: 1532-1700*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A., 1948.

Recebido em: 30/09/2018

Aprovado em: 30/01/2019